

Alunos portugueses entre os que mais reprovam - estudo da OCDE

Págs. 15



Semestre Europeu em seminário de formação em Malta

Pág. 5



OCDE e as Tendências que moldam a educação 2016

Pág. 10

IE exige libertação imediata de professor sindicalista



Ewado Ali Omar, vice-secretário geral do Sindicato dos Professores Primários

A condenação a três meses de prisão de Ewado Ali Omar, vice-secretário geral do Sindicato dos Professores Primários é o culminar de uma atitude de perseguição do governo após a publicação de uma lista de vítimas do massacre de civis perpetrados pelas forças de segurança a 21 de dezembro do ano passado, no bairro de Balbala, em Djibouti.

A Internacional da Educação (IE) considera inaceitável que este professor esteja a ser punido pela prática de atividades legítimas em defesa dos direitos humanos. Esta preocupação da IE estende-se também aos termos e condições em que foi efetuada esta detenção.

A Internacional da Educação insta por isso o governo do Djibuti a:

:: Assegurar a integridade física e psicológica do Sr. Ewado e todos os ativistas dos direitos humanos;

:: Garantir um julgamento justo para recurso Mr. Ewado e direito de ampla defesa;

:: Terminar todas as formas de assédio contra o Sr. Ewado e todos os ativistas dos direitos humanos no Djibuti;

:: Cumprimento das normas internacionais ratificadas por Djibouti sobre os direitos humanos, a proteção dos cidadãos e respeito pelas liberdades básicas.

:: Estabelecer as condições adequadas para assegurar um justo e respeitoso diálogo na sociedade civil, incluindo as organizações e as organizações de defesa dos direitos humanos dos professores.

A posição da IE foi remetida entretanto ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Unesco.

Sindicatos americanos combatem tráfico de seres humanos

Os sindicatos da educação norte-americanos estão a levar a luta contra o tráfico de seres humanos para as salas de aula, com um kit de ferramentas projetado para ajudar os professores a reconhecer e agir em caso de suspeita de um aluno ser uma vítima.

O tráfico de seres humanos, uma forma contemporânea de escravidão, é o comércio ilegal de crianças e adultos para fins comerciais, através da exploração sexual e do trabalho forçado. As Nações Unidas estimam que 2,5 milhões de pessoas de 127 países são traficadas atualmente.

Para combater o tráfico, a Associação Nacional de Educação (NEA), uma das organizações americana filiadas na Internacional da Educação (IE), está a trabalhar no sentido de equipar melhor os educado-

res a desempenhar um papel fundamental na contenção desta grave violação dos direitos humanos. Para o efeito, a NEA criou um conjunto de ferramentas on-line com recursos úteis sobre tráfico de seres humanos e links para organizações envolvidas na luta contra este fenómeno global.

Por seu lado, a Federação Americana de Professores (AFT), também filiada na IE, emitiu uma resolução contra o tráfico de seres humanos e tráfico sexual de crianças, em que afirma que o tráfico humano gera cerca de 36 mil milhões de dólares por ano, destacando que "cerca de um em cada quatro desses dólares circula nos Estados Unidos".

A resolução condena especialmente a exploração contínua e o lucro com o tráfico de sexo com crianças e afirma que a AFT está a ajudar a prevenir o tráfico de

crianças, fornecendo formação e recursos adequados para garantir que os seus filiados têm as capacidades necessárias para identificar indicadores de crianças em risco e sinais de tráfico de crianças.

A IE apoia a luta dos seus afiliados para acabar com o tráfico humano, nomeadamente na sua adopção de uma resolução durante o último Congresso Mundial, em 2015, em Otava, Canadá, sobre a eliminação de todas as formas de discriminação na educação, que se refere especificamente ao tráfico de crianças e trabalho infantil. A resolução afirma que "como sindicalistas a luta contra o tráfico de seres humanos é também a nossa luta; precisamos treinar os nossos membros para serem capazes de resolver este problema no local de trabalho".



Professores iraquianos contra violência sobre mulheres



Atividade durante a campanha numa escola do Iraque

Em sintonia com os recentes 16 dias de ativismo das Nações Unidas contra a Violência de Género, os professores iraquianos organizaram uma campanha sob o tema “Da Casa da Paz para a Paz Mundial, Educação pacífica para todos”. Para criar consciência pública do problema e gerar medidas concretas para eliminar a violência contra as mulheres, o KTU - Sindicato de Professores do Curdistão (Iraque) lançou uma série de iniciativas para mobilizar as pessoas da região.

"Para além destas atividades, em coordenação com os representantes do KTU em todas as escolas e seguindo orientações do sindicato, aumentamos a consciência pública sobre a importância de termos oportunidades de educação iguais para todos", disse o presidente do KTU Abdalwahed M. Haje. Porém, a cultura local torna-se, por vezes uma barreira para tais oportunidades, e o KTU pediu aos pais para apoiarem este esforço no

sentido de reduzir a taxa de crianças sem educação, que é de 12 por cento. O KTU também pediu ao governo e ao Ministério da Educação para oferecer mais ferramentas para reduzir a taxa de adultos iletrados.

Os eventos da campanha consistiram na participação de um encontro numa grande comunidade, com a presença do Presidente do Conselho de Ministros, vários ministros, organizações de mulheres e da sociedade civil ou a organização de cinco reuniões nas províncias de Erbil, Duhok, Sulmanyah, e Kirkuk, nas quais marcaram presença centenas de mulheres. Estas reuniões realçaram a importância da campanha, respeitando as mulheres, reforçando a igualdade e explicando os regulamentos internacionais aplicáveis.

A campanha incluiu ainda a organização de dois seminários com nomes sonantes e com os ativistas civis Newroz Hawezy e herói Kamal. Uma grande quantidade de dados e estatísticas sobre atos violentos e respectivas soluções foram apresentados, bem como regulações dos direitos humanos. Em termos de oportunidades de emprego, foi salientado que existe um equilíbrio na educação, com uma proporção de 53 professoras para 47 professores.

Finalmente, registou-se a criação de duas exposições de fotografia. A primeira em Erbil, que contou com inúmeras fotos e gráficos salientando o papel das mulheres na sociedade no passado, e destacando também a violência a que elas podem estar sujeitas. A segunda exposição em Sulmanyah exibiu fotografias sobre o papel das mulheres na organização das suas famílias e no desempenho de papéis na gestão, na economia e na agricultura. As duas exposições destacaram que uma comunidade saudável é uma comunidade com uma participação igual para ambos os sexos.

Semestre Europeu em seminário de formação em Malta

A FNE foi convidada a estar presente no primeiro seminário de formação do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) sobre “Investir na educação: reforçar o envolvimento dos sindicatos de professores no semestre europeu para a educação e formação”, que vai decorrer em 29 de fevereiro e 1 de março de 2016, em Malta, no âmbito do projeto conjunto do CSEE e da DLF (União dos Professores Dinamarqueses) sobre o Semestre Europeu (SE) para a educação e formação 2015 - 2017, financiado pela Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão da Comissão Europeia (CE).

O projeto foi lançado em novembro de 2015, sendo o grupo consultivo formado por quatro sindicatos, a saber: MUT (Malta), ESTUS (Eslovénia), FLC-CGIL (Itália) e FLESTU (Lituânia). Além da FNE, através de Joaquim Santos, participam neste primeiro seminário regional os representantes do SE de organizações sindicais do Chipre, Grécia, Espanha e Turquia. O projeto vai contar com mais quatro seminários regionais, abertos a outros países filiados no CSEE, e a conferência de encerramento está marcada para junho de 2017, permitindo que os sindicatos de professores discutam novas formas de envolvimento no SE, relativas à educação e à formação.



O CSEE tem demonstrado uma extrema preocupação com a diminuição do investimento na educação e com a falta de participação dos sindicatos de professores na coordenação política do SE em muitos países europeus.

Esta formação sindical irá dotar os sindicatos de professores com as competências, conhecimentos específicos e compreensão de que necessitam para reforçar a sua participação no SE, e aumentar a sua contribuição para a elaboração de políticas europeias e nacionais sobre educação e formação.

Os representantes europeus do SE vão também debater a cooperação com os parceiros sociais, como os governos, empregadores e outros sindicatos. Além disso, uma extensa pesquisa será levada a cabo para descobrir os efeitos do SE nas reformas e nos investimentos em

educação e formação e ainda o envolvimento dos sindicatos de professores neste processo.

O CSEE está certo de que a disseminação dos resultados da investigação e do material desta formação vai aumentar a consciência sobre a elaboração das políticas europeias e a sua coordenação, para atingirmos as metas europeias de 2020 sobre educação e formação.

Assim, este projeto continua o trabalho que o CSEE e as suas organizações filiadas começaram com a adopção do “Plano de Ação do CSEE sobre o Semestre Europeu” e está relacionado com a declaração dos Parceiros Sociais Europeus de título “Envolvimento dos parceiros sociais na governação económica europeia” e com a comunicação da CE “Reforçar a dimensão social da União Económica e Monetária”.

Diálogo Social Setorial da Educação:

Reunião plenária em Bruxelas



Centro de Conferências Albert Borschette, em Bruxelas, Bélgica

A primeira das duas reuniões plenárias anuais do Diálogo Social Setorial da Educação decorre no próximo dia 19 de fevereiro de 2016, no Centro de Conferências Albert Borschette, em Bruxelas, Bélgica, numa organização tripartida do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), da Federação Europeia de Empregadores da Educação (EFEE) e da Comissão Europeia. À frente dos trabalhos estarão os líderes das duas organizações, respectivamente Martin Rømer (director do CSEE) e Bianka Stege

(secretária-geral da EFEE) e ainda representantes da Comissão Europeia. A FNE tem a seu cargo a representação nacional, através de Joaquim Santos.

Da ordem de trabalhos desta reunião plenária constam o “Relatório Conjunto da Educação e Formação 2020 – Novas Prioridades para a Cooperação Europeia e a Educação e o Plano de Investimento para a Europa”, o papel dos parceiros sociais, apresentação pelos secretários do CSEE e da EFEE dos resultados dos projectos recentes e atualização dos projetos atuais, a monitorização e seguimento dos resultados do

diálogo social sectorial europeu e, finalmente, o acerto do plano de atividades para 2016-17.

O Diálogo Social Setorial Europeu em Educação foi lançado, nos termos dos artigos 154-155 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, em 2010, após quatro anos de um processo de construção feito pelo CSEE e desde o início de 2009 em diante já com a participação da EFEE. A primeira reunião do diálogo social setorial da educação realizou-se em junho de 2010. As virtudes do diálogo social nacional e europeu fazem parte intrínseca dos valores da FNE.



Governo grego enfrenta greve

Uma greve nacional teve lugar a 4 de fevereiro para protestar contra as reformas das pensões previstas pelo governo, e no dia em que as mesmas foram apresentadas no Parlamento grego.

A reforma prevê impor mais cortes em benefícios e também aumentar a contribuição para a segurança social dos cidadãos, a fim de melhorar o sistema de

pensões da Grécia. Estas medidas de austeridade estão ligadas aos objetivos fixados pelos credores internacionais para a Grécia como parte do terceiro resgate do país.

Em vez de apelar aos sindicatos gregos para um diálogo, o governo grego apresentou a reforma para apreciação pelos credores.



Já em janeiro, os gregos tinham demonstrado o seu desacordo com o governo. Confrontados com a situação inalterada, os sindicatos gregos prepararam uma greve nacional de 24 horas para protestar contra as reformas de austeridade.

TISA: Parlamento Europeu define posição acerca do Acordo sobre Comércio de Serviços

O Parlamento Europeu (PE) recomendou à Comissão Europeia que os serviços públicos, incluindo a educação, sejam excluídos do Acordo sobre Comércio e Serviços (TISA). Numa reação a esta recomendação a Internacional da Educação (IE) já veio saudar esta posição do PE sobre o acordo TISA, após a sua aprovação durante a 16ª ronda de negociações secretas. Neste documento é dito que é necessário excluir os serviços de interesse público e os serviços de interesse económico, atuais e futuros, do âmbito de aplicação do acordo.

O PE reiterou que a União Europeia e as autoridades nacionais e locais, devem manter o pleno direito de fazer, adotar, manter ou rejeitar as medidas de execução, organização, financiamento e prestação de serviços públicos.

Nesta recomendação o Parlamento Europeu definiu as suas prioridades e linhas vermelhas para as negociações do Acordo sobre o Comércio de Serviços (TISA), que estão a ser conduzidas pela Comissão Europeia em nome da União Europeia. Os deputados querem garantir mais



oportunidades para as empresas europeias em mercados estrangeiros, a exclusão dos serviços públicos, a proteção dos direitos laborais e o direito de legislar no interesse público. Os países à mesa das negociações representam 70% do comércio mundial de serviços.

O Parlamento Europeu tem o direito de fazer recomendações à Comissão Europeia durante o processo de negociação e tem a última palavra em matéria de acordos comerciais.



UE

Programa Erasmus+ deu 650 mil bolsas no primeiro ano



O programa Erasmus+ concedeu 650 mil bolsas de mobilidade desde que foi criado, há um ano, das quais quase 7.000 em Portugal, segundo dados divulgados a 26 de janeiro pela Comissão Europeia.

No seu primeiro ano de existência, o programa concedeu 650 bolsas de mobilidade a estudantes, estagiários, professores, voluntários e outros jovens, tendo ainda, segundo um comunicado de imprensa, preparado o terreno para os primeiros empréstimos a estudantes para um curso completo de mestrado no estrangeiro.

Em Portugal, foram concedidas 6.957 bolsas no âmbito do programa Erasmus+, que tem por finalidade apoiar a modernização dos sistemas de educação, formação e juventude, melhorando

simultaneamente as competências dos estudantes, as perspetivas de emprego e a sua participação ativa na sociedade.

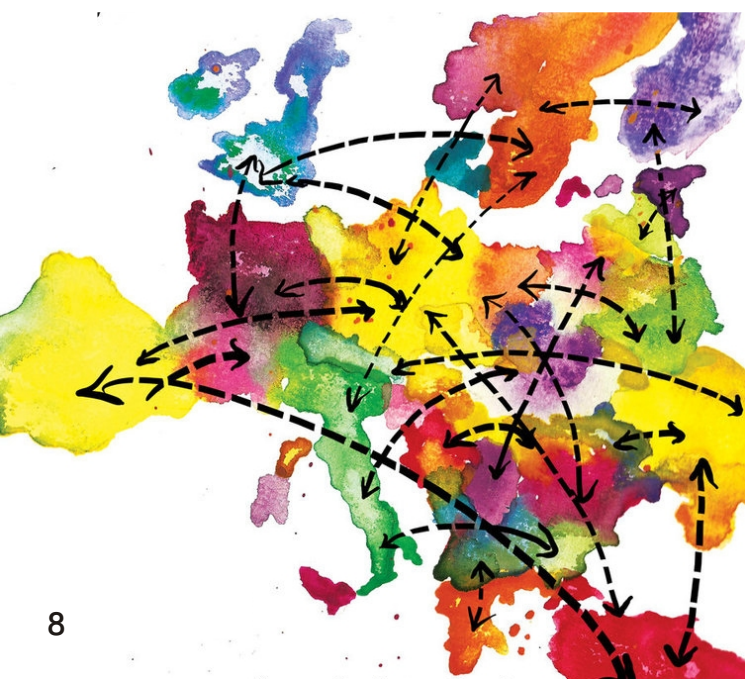
Segundo a Comissão Europeia, o programa – com um orçamento de 2.000 milhões de euros neste primeiro ano, “já proporcionou a mais de um milhão de pessoas a oportunidade de participar em 18.000 projetos financiados”.

O programa, que vigorará até 2020, está dotado de uma verba de 14.700 milhões de euros e deverá proporcionar a mais de quatro milhões de europeus oportunidades de estudar, realizar formação, adquirir experiência de trabalho e fazer voluntariado no estrangeiro.

Pela primeira vez, o programa oferece igualmente financiamento específico para ações no domínio do desporto, no intuito de desenvolver a sua dimensão europeia e combater as suas grandes ameaças a nível internacional, tais como a viciação de resultados e a dopagem.

“O número impressionante de participantes prova quão importante é o contributo do programa para a melhoria das perspetivas de emprego dos jovens, ajudando-os a adquirir novas competências e experiências e apoiando a modernização dos sistemas de educação, de formação e de juventude”, disse o comissário europeu para Educação, Tibor Navracsics.

Com Lusa





Cedefop na defesa do ensino e formação profissionais

“Competências para Empregos e Empregos para Competências na Era Robótica” é o tema principal do número 6, de janeiro de 2016, da revista *skillsetandMatch*, editada pelo Cedefop (Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Vocacional), da União Europeia, que tem como objetivo a promoção da aprendizagem para o trabalho. Outro tema em destaque é sobre como envolver as pequenas e médias empresas nos cursos de aprendizagem (com formação prática em contexto real de trabalho) e como transformar as ideias em realidades.

No editorial da revista James Calleja, diretor do Cedefop, relembra a necessidade da fusão entre o mundo da educação e o mundo do trabalho, para se ultrapassem os difíceis desafios do momento: “Os estudantes e

os trabalhadores têm, mais do que nunca, perfis homogêneos: *pesquisa, análise de políticas, aprendizagem política, e a reforma do ensino e formação profissionais deve garantir que aquilo que as pessoas sabem e que aprender a fazer pode ser usado em contexto de trabalho*”. E conclui sublinhando que o “desequilíbrio entre os dois mundos exige determinação para investir em empregos de qualidade que sustentem a vida das pessoas”.

Outros artigos versam sobre a revisão dos cursos de aprendizagem nos estados membros, cursos de ensino e formação profissionais ajudam as pessoas a aderir à educação e à formação, ajudando os adultos com baixas competências ou sobre os jovens – os últimos a conseguirem um emprego.

O Cedefop desempenha um papel relevante no fornecimento de evidências de apoio à formulação de políticas e em documentar a importância do ensino e da formação profissionais, para operacionalizar, de forma efetiva, medidas políticas de comprovada eficácia.



Clique na imagem acima para consultar a revista



Clique na imagem acima para consultar o relatório

Qual é o papel da educação na contenção do avanço de doenças como a diabetes ou a demência? Qual pode ser o impacto da mudança da estrutura das famílias nas nossas crianças, escolas e comunidades? E as novas tecnologias estão a mudar fundamentalmente a forma como os alunos pensam e aprendem? Lançado a 18 de janeiro deste ano, o relatório da OCDE sobre as [Tendências que moldam a Educação 2016](#) analisa as principais sociais, demográficas, económicas e tecnológicas que afetam o futuro da educação.

Serão as cidades os novos países? Este capítulo olha para as nossas vidas cada vez mais urbanas e o impacto que elas têm na educação. Em todos os países da OCDE, a percentagem da população que vive em áreas urbanas cresceu de 60% em 1960

OCDE e as Tendências que moldam a educação 2016

para cerca de 80% em 2013. Este número tende a aumentar, esperando-se que alguns países se tornem completamente urbanos por volta do ano 2050. Algumas pessoas argumentaram que as cidades são agora o nível mais relevante da governação, suficientemente pequenas para reagir rápida e adequadamente às questões e grandes o suficiente para manter o poder económico e político. E de facto a vida da cidade é distintiva, na medida em que cidades de dois países muito diferentes, como Nova Iorque e Xangai, tendem a ter mais semelhanças entre si do que com as comunidades rurais do seu próprio país.

Outra tendência é o surgimento do transporte inteligente. Desde 1863, quando Londres abriu o primeiro sistema de metro, tem havido um aumento do número e de formas de transporte público estáveis. Há agora um ênfase em serviços que reduzam a poluição e aumentem a flexibilidade, como o carro elétrico e a partilha de bicicletas. Lançada em Copenhaga, em 1995, a partilha de bicicletas espalhou-se para 676 cidades em todo o mundo, e agora existem mais sistemas de partilha de bicicletas do que sistemas de metro. Atualmente, a China oferece o maior progra-

ma de partilha de bicicletas, em Hangzhou, Zhejiang, que fornece mais de 80.000 unidades. Esta tendência ilustra o potencial de inovação das zonas urbanas, mas também sublinha a importância de reduzir a poluição para sustentar ambientes habitáveis.

A educação tem aqui um vasto campo de intervenção, ensinando a alfabetização cívica, fornecendo as aptidões necessárias para o envolvimento da comunidade, e apoiando a criatividade e a inovação ao longo da vida. E as escolas vão continuar a ser responsáveis por garantir a segurança dos estudantes, especialmente daqueles provenientes dos bairros mais desfavorecidos. A educação pode e deve estar preparada para se ajustar e crescer com os ambientes urbanos. As lições que os alunos aprendem na escola vão ser levadas para as suas comunidades, proporcionando às escolas e universidades uma intervenção direta à sua volta.

Outros capítulos do relatório incidem sobre a crescente migração, as alterações climáticas, as tendências nacionais sobre os gastos do governo em saúde e pensões, as tendências familiares de bem-estar infantil, ou as tendências tecnológicas.

OCDE vê acesso a trabalho e formação como decisivos para integração

Medidas para facilitar o acesso dos migrantes ao mercado de trabalho e à formação são decisivas para a sua integração, defende um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) divulgado no passado dia 28 de janeiro.

“É provável, dadas as condições terríveis que deixam para trás, que muitos migrantes queiram instalar-se de maneira duradoura”, escreve a organização no relatório, que contém 10 recomendações para a boa integração de refugiados e candidatos a asilo, citado pela agência France Presse.

Nesse sentido, “é decisivo agir cedo”, não apenas em relação às necessidades mais urgentes, como alojamento e saúde, mas também quanto à formação profissional, aprendizagem da língua e avaliação de competências, especialmente para os migrantes com “boas hipóteses de obter asilo”.

Na Europa, os migrantes com mais hipóteses de conseguir asilo são os sírios, eritreus, iraquianos e, em menor medida, afegãos.

Quanto mais cedo os migrantes tiverem acesso ao mercado de trabalho, “mais as suas perspeti-



vas de integração melhoram a longo prazo”. Se assim não acontecer, “as suas competências e experiência correm o risco de se deteriorar”, sustenta o documento, advertindo que “um refugiado desempregado também pesa nas finanças públicas”.

O relatório inclui uma série de tabelas comparativas das diferentes condições de acesso dos migrantes ao trabalho, destacando que em Portugal esse acesso condicionado ocorre ao fim de um mês, contra três meses na Alemanha, nove em França e 12 no Reino Unido.

Em matéria de formação, as políticas também são diferentes: a Alemanha disponibiliza cursos de língua e de educação cívica para os candidatos com boas hipóteses de obterem asilo, a Espanha tem um sistema de avaliação de competências, mas França limita essa formação aos migrantes que já obtiveram o estatuto de refugiado.

A OCDE recomenda igualmente que as políticas de distribuição dos migrantes pelo território do país de acolhimento tenham em conta o fator trabalho, que a integração tenha em conta a diversidade dos migrantes privilegiando abordagens diferenciadas ou que sejam criados sistemas de avaliação das qualificações, experiência profissional e competências dos migrantes.

O documento aconselha ainda ao desenvolvimento de programas específicos para os menores não-acompanhados que chegam com uma idade superior à da escolaridade obrigatória, ao reconhecimento de que a integração dos migrantes com pouca educação exige formação e apoio de longo prazo, à promoção de acesso equitativo às medidas de integração e à sensibilização da sociedade civil para a importância da integração.

Fórum na OCDE sobre o Futuro do Trabalho

Gerações futuras viverão lado a lado com robôs



A OCDE acolheu, em 14 de janeiro de 2016, em Paris, um fórum sobre o Futuro do Emprego, dois dias antes de uma reunião na organização com ministros do emprego. O fórum mostrou que há necessidade urgente de se debater o impacto das transformações do mercado de trabalho direcionado para a inovação e os efeitos dos modelos de novos negócios, principalmente os das plataformas baseadas na internet, na qualidade dos empregos.

Na verdade, o mundo do trabalho está em transformação, como resultado da digitalização, do desenvolvimento da economia digital e de uma ampla

mudança tecnológica. Estes processos, juntamente com a globalização, o envelhecimento da população e as mudanças na organização laboral, irão moldar o mundo do trabalho e criar desafios para as políticas públicas de modo imprevisível.

Em resposta à economia digital, às novas e acessíveis capacidades trazidas pela automação e enormes quantidades de informação, muitos novos mercados e postos de trabalho serão criados como resultado de novos avanços na digitalização, mas muitos outros serão também destruídos ou terão de ser significativamente readaptados no processo. Novas formas de

trabalho vão tornar-se mais generalizadas, o que pode criar uma maior flexibilidade para os empregadores e indivíduos, mas com o risco de uma maior insegurança no emprego.

As mudanças nos requisitos de qualificação e na organização do trabalho vão criar pressão sobre a qualidade do emprego, o equilíbrio trabalho-família, desigualdade e inclusão social. Estas mudanças levantam questões profundas sobre como adaptar a política do mercado de trabalho e as instituições, bem como os sistemas de segurança social, de modo a proporcionar uma proteção adequada aos trabalhadores, enquanto se explora o potencial das novas formas de trabalho para aumentar as oportunidades tanto para indivíduos como para as organizações empresariais.

Para o TUAC (Comité Sindical Consultivo junto da OCDE), a avaliação da Estratégia de Emprego deverá centrar-se no papel positivo que têm os sindicatos e a cobertura da negociação coletiva na redução das desigualdades salariais.

Aqui ficam alguns depoimentos de intervenientes no fórum da OCDE sobre o Futuro do Emprego:



Guy Ryder – OIT

O avanço tecnológico vai criar turbulência nos mercados de trabalho e transformar a própria natureza de onde e como trabalhamos, mas o seu impacto final dependerá de nossa capacidade de gerir a mudança nos melhores interesses da sociedade.



Philip Jennings – Secretário-Geral da Uni Global Union

É hora do mundo do capitalismo digital aceitar os impactos no emprego e na justiça social a sério.



Bernd Liepert – Presidente da euRobotics

Os robôs vão ajudar e interagir com as pessoas na sua vida quotidiana em casa, em locais públicos e no trabalho, aumentando a qualidade de vida. Os robôs vão trabalhar com as pessoas, permitindo-lhes realizar todo o seu potencial, ao mesmo tempo que reduzem tarefas aborrecidas e fisicamente exigentes. Diante de uma força de trabalho envelhecida, os robôs são o único meio para aumentar a produtividade e oferecer oportunidades de trabalho mais gratificantes aos nossos trabalhadores. As gerações futuras nascerão na era dos robôs. Elas vão trabalhar naturalmente com robôs, tal e qual como fazemos hoje com os computadores e smartphones.



Mais vida e menos nascimentos geram desafios no mundo atual

A OCDE editou mais um volume da série “OECD Insights”, desta feita com o título “Envelhecimento: debatendo as questões – 2015”, um dos temas mais importantes do mundo atual, devido à alta taxa de envelhecimento das populações e aos desafios que ela coloca aos governos e às populações, em geral, em termos da urgência de novas políticas educativas, sociais e económicas.

No cardápio desta publicação encontramos artigos como “A nova demografia da morte”, “Os sistemas de saúde ainda não estão preparados para uma população envelhecida”, “Usando a informação para a luta contra a demência”, “Mais inteligentes, mais saudáveis e mais produtivos: os novos idosos”, “Envelhecimento e pensões”, “Nenhum idoso ficou para trás?” ou “Como é a vida para um idoso?”.

Cada vez mais surgem à nossa volta uma vasta gama de novos produtos e serviços destinados aos séniores, seja em lojas tradicionais, seja em grandes centros comerciais. E porquê? Porque esta geração de aposentados é a mais rica, mais ativa, mais saudável e com mais esperança de vida da nossa história.

Na verdade, as sociedades, em todo o mundo, estão a envelhecer e há cada vez menos jovens e cada vez mais idosos. Os números são desafiantes: no Japão em 1963 apenas 1 em cada 16 pessoas tinha 65 ou mais anos de idade; um século depois, em 2013, a proporção era de 1 para 4. No mesmo período, a Itália viu a sua população mais envelhecida duplicar de 1 em 10 para 1 em 5. E não são casos únicos: hoje há mais de 900 milhões de pessoas no mundo com mais de 60 anos. Por volta de 20150 a previsão é de que esse número aumente para 2,4 mil milhões.

Para além das pessoas estarem a viver mais, há outra razão principal para o envelhecimento das sociedades, que é um número cada vez mais baixo de nascimentos, o que também se aplica aos países da OCDE. Em 1970, uma mulher na OCDE tinha em média 2.7 filhos durante a

sua vida. Hoje esse número anda à volta de 1.7, o que é significativo porque quer dizer que em todos os países da OCDE, exceto em Israel, as taxas de natalidade caíram abaixo da taxa de substituição de 2,1 filhos, necessária para manter uma estabilidade no tamanho da população (excluindo o impacto da migração).

O rácio de dependência dos idosos em 2013 / População com mais de 65 anos em % da população em idade activa foi cerca de 28 % em Portugal, contra 10 % no México e 40 % no Japão. No que respeita à População idosa, 2013 / População com mais de 65 anos como % da população total, o nosso país registou 18 %, contra 17 % de Espanha e 25 % do Japão. Quanto às taxas de emprego de 2014, os trabalhadores mais velhos (55-64 anos) registaram em Portugal 64 %, contra cerca de 50 % nos trabalhadores mais jovens (15-64 anos). O envelhecimento dos trabalhadores da educação é também uma questão de primordial relevo do sistema educativo português.

http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/social-issues-migration-health/ageing_9789264242654-en#page1

Alunos portugueses entre os que mais reprovam - estudo da OCDE



O desempenho dos alunos portugueses em provas internacionais melhorou, mas ainda estão entre os que mais reprovam, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que defende que o país deve mudar de política.

Nos últimos anos, os resultados dos estudantes de 15 anos que realizaram os testes PISA (Programme for International Student Assessment), baseado em dados do PISA 2012, têm vindo a melhorar a Leitura, Matemática e Ciências, mas ainda existem 13% de jovens que revelam dificuldades nas três áreas, revela o relatório "Low-performing Students: Why they Fall Behind and How to Help them Succeed" (Fraco rendimento dos alunos: Porque ficam para trás e como ajudá-los a ter sucesso).

Cerca de 34% dos alunos que participaram no estudo da OCDE

já tinham reprovado pelo menos uma vez, colocando Portugal em oitavo lugar na lista dos países com mais repetentes.

O relatório revela que em Portugal a retenção é o principal fator de risco na probabilidade de os alunos virem a ter maus resultados e por isso aconselha o país a mudar a sua política.

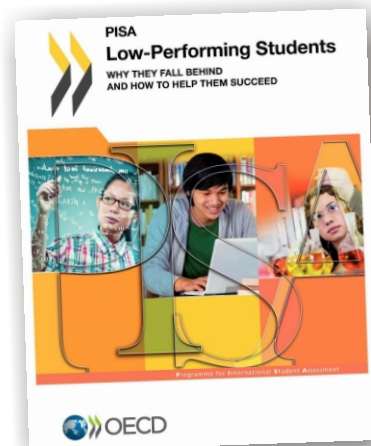
O estudo analisa o rendimento dos alunos olhando para a família, nomeadamente o seu 'background', a carreira e a atitude perante a escola, mas também analisa as formas de ensinar e as políticas educativas que estão mais associadas ao fraco rendimento dos alunos.

Os últimos dados do Ministério da Educação revelavam precisamente que um em cada cinco alunos chumba ou desiste de estudar no ensino secundário e que é no 12^a ano que o sucesso se revela mais complicado.

Cerca de 35% dos alunos não consegue terminar o 12.º ano com sucesso à primeira, segundo os dados nacionais que analisam os resultados entre os anos letivos de 2009/2010 e 2012/2013.

Um total de 22% dos alunos do secundário inscritos em cursos científico-humanísticos não conseguiram fazer os três anos de escolaridade no tempo previsto, segundo a taxa de retenção ou desistência, que mistura os casos de quem reprova com aqueles que anulam a matrícula, por várias razões como desistirem de estudar ou abandonar o país.

Com Lusa



Clique na imagem acima para consultar o relatório

Faltam professores na província angolana da Huíla



As autoridades municipais de Chicomba, na província angolana da Huíla, estão preocupadas com o abandono por professores dos seus postos de trabalho, situação que para os sindicatos tem razões partidárias.

O alerta foi dado pelo diretor municipal da Educação de Chicomba, João Cambange, que considerou "grave" a situação, numa altura que arrancou o novo ano letivo, e que se registam situações de mortes e doenças de outros docentes daquele município, com 50.177 alunos matriculados.

No ano letivo passado, o município de Chicomba, localizado a 220 quilómetros da cidade do Lubango, capital da Huíla, no sul do país, contava com cerca de mil professores, necessitando de um reforço de pelo menos mais 200 docentes.

O responsável, que não avançou as causas e o número de professores que abandonaram os seus postos de trabalho, sobretudo os do primeiro e segundo ciclos, frisou a impossibilidade de preen-

chimento dessas vagas, tendo em conta que desde 2012 que não se realizam concursos públicos para a admissão de novos técnicos.

O secretário provincial do Sindicato de Professores (SINPROF) na Huíla, José Francisco, disse que a instituição tomou conhecimento da situação durante uma visita que realizou àquela região em julho do ano passado.

José Francisco afirma que questões políticas estarão na origem do abandono dos professores.

O sindicalista disse que a situação afeta sobretudo professores do primeiro e segundo ciclos, em que exercem a docência alguns licenciados, bacharéis e técnicos médios.

O secretário provincial do SINPROF salientou que situações do género também se verificam em outras localidades da Huíla.



Principais universidades da Zâmbia fecham após manifestações estudantis

As duas principais universidades da Zâmbia foram fechadas no passado dia 3 de fevereiro por tempo indeterminado, na sequência de manifestações estudantis em protesto pelo não-pagamento de subsídios para a compra de livros e de alimentos.

Estudantes da Universidade da Zâmbia queimaram pneus e ergueram barricadas na estrada que vai do aeroporto para a capital, Lusaca.

Também os estudantes da Universidade de Copperbelt, na cidade de Kitwe, no centro do país, protestaram violentamente.

Perante a situação, o Governo decidiu enviar para casa os estudantes das duas instituições de ensino superior.



A polícia revelou, entretanto, ter detido cerca de 25 manifestantes pelo seu comportamento violento.

Com Lusa





INTERNATIONAL
SUMMIT ON THE
**TEACHING
PROFESSION
2016**

Veranstaltungsdesign für den
INTERNATIONALEN BILDUNGSKONGRESS
2016 in Berlin



FICHA TÉCNICA

DIRETOR:
João Dias da Silva

PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS:
Alexandre Dias, Joaquim Santos e Fátima Martins

PRODUÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO:
Rafael Marques